

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 – Complementar

1

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 – Complementar	Emenda nº 1 – Plen
	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato, assim como o aumento de despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 , passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:	“Art. 21.	
I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição ;	
.....		
Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20;	§ 1º Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido;	
	I – nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20;	
	II – a qualquer tempo, quando preveja aumento de despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.	
		Emenda nº 1 – Plen Altere-se a redação do § 2º do art. 21 da Lcp 101/2000, previsto no art. 1º do projeto de lei, para a seguinte:
	§ 2º Para fins do disposto no inciso I do § 1º, serão considerados os atos de nomeação ou de provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada somente a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança ,	“§ 2º Para fins do disposto no inciso I do § 1º, serão considerados os atos de nomeação ou de provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada somente a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores, assim como as contratações em período de



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 – Complementar

2

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 – Complementar	Emenda nº 1 – Plen
	assim como as contratações em período de calamidade pública reconhecida nos termos do art. 65 desta Lei Complementar;	calamidade pública reconhecida nos termos do art. 65 desta Lei Complementar;"
	§ 3º Para fins do disposto nos incisos I e II do § 1º, serão considerados os atos relativos à concessão de vantagem, aumento, SF/15910.43083-42 2 reajuste, alteração de estrutura de carreira que implique aumento da despesa com pessoal ou adequação de remuneração ou subsídio a qualquer título de ocupantes de cargo, emprego ou função da administração direta e indireta, com exceção apenas de aumento de despesa derivado de sentença judicial e da revisão prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.	
	§ 4º As restrições previstas nos §§ 1º a 3º aplicar-se-ão mesmo quando for possível a recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão.” (NR)	
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

